Apresentação: 19/05/2022 13:49 - CSPCCC

## COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO

**REQUERIMENTO N.º** 

, DE 2022

(Do Sr. Subtenente Gonzaga)

Requer a realização de Audiência Pública desta Comissão, para debater a abordagem e a busca pessoal como instrumento de prevenção da violência e da criminalidade e a discricionariedade do policial para exercê-la.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos do art. 58, 2°, II, da Constituição Federal, e do art. 24, III, e 255, ambos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a realização de Audiência Pública, para debater a abordagem e a busca pessoal como instrumento de prevenção da violência e da criminalidade e a discricionariedade do policial para exercê-la.

Para tanto, gostaríamos de sugerir que sejam convidados, para que apresentem relevantes informações sobre o tema:

- RENATA GIL DE ALCANTARA VIDEIRA, Presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros - AMB;
- MANOEL VICTOR SERENI MURRIETA E TAVARES, Presidente da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público – CONAMP;
- UBIRATAN CAZETTA, Presidente da Associação Nacional dos Procuradores da República – ANPR;
- HEDER MARTINS DE OLIVEIRA, Presidente da Federação Nacional de Praças – ANASPRA;





Apresentação: 19/05/2022 13:49 - CSPCCC

## **CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Gabinete do Deputado SUBTENENTE GONZAGA - PSD/MG

- MARLON JORGE TEZA, Presidente da Federação Nacional de Entidades de Oficiais Militares – FENEME;
- PAULO JOSÉ REIS DE AZEVEDO COUTINHO, Presidente do Conselho Nacional de Comandantes-Gerais da Polícia Militar – CNCG;
- 7. **DANIEL DE MACEDO ALVES PEREIRA**, Defensor Público-Geral Federal da Defensoria Pública da União DPU;
- HUGO LEONARDO, Presidente do Instituto de Defesa do Direito de Defesa - IDDD;
- RODOLFO QUEIROZ LATERZA, Presidente da Associação dos Delegados de Polícia do Brasil – ADEPOL DO BRASIL.

## **JUSTIFICAÇÃO**

Após recente decisão do Superior Tribunal de Justiça, que considerou ilegal a busca pessoal ou veicular, sem mandado judicial, motivada apenas pelos critérios de convicção da polícia quanto à atitude suspeita do indivíduo, o tema que já era urgente, tornou-se urgentíssimo.

É fundamental ter soluções legislativas que fortaleçam o Estado e deem eficácia ao trabalho das polícias. Na nossa compreensão, é necessário admitir a busca pessoal como medida de prevenção à violência e à criminalidade, e garantir ao policial a discricionariedade, o arbítrio e a conveniência de sua realização, ações que são intrínsecas à atividade do agente público:

"Discricionariedade é a liberdade de ação administrativa, dentro dos limites permitidos em lei, ou seja, a lei deixa certa margem de liberdade de decisão diante do caso concreto, de tal modo que a autoridade poderá optar por uma dentre várias soluções possíveis, todas, porém, válidas perante o direito. É, portanto, um poder que o direito concede à Administração, de modo explícito ou implícito, para a prática de atos administrativos, com a liberdade na escolha segundo os critérios de conveniência, oportunidade e justiça, próprios





## CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado SUBTENENTE GONZAGA - PSD/MG

da autoridade, observando sempre os limites estabelecidos em lei, pois estes critérios não estão definidos em lei." (SILVA, 2006, p. 01).

É necessário que esta Câmara dos Deputados e, em especial esta Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, se debruce sobre este tema e construa soluções legislativas que possam dar eficácia às ações das Polícias.

As Polícias não podem continuar neste eterno "enxugar gelo", assistindo ao crime e a impunidade imperar em nossa sociedade. A velha máxima de "o crime compensa" não pode prevalecer!

A responsabilidade estatal pela justiça e segurança pública se organiza em um sistema. Sistema de justiça e segurança pública. Todos os órgãos são de Estado, com atribuições e competências distintas. No entanto, nas suas atribuições constitucionais, há de se garantir eficácia a todos.

A Busca Pessoal, nos termos do Decreto-Lei nº 3.689, de 1941, está prevista como instrumento de produção de provas e, enquanto tal, nos parece adequada a forma como está estabelecida. No entanto, tendo o Brasil um dos maiores índices de criminalidade e violência do mundo, é necessário que seja a busca pessoal admitida como instrumento da prevenção da criminalidade e violência, e que seja reconhecida a discricionariedade do Policial para executá-la. Em qualquer cenário, o abuso será punido, como já prevê a lei de abuso de autoridade.

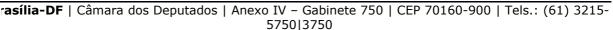
Entendemos que o tema deve ter um tratamento responsável e suprapartidário, de forma a tornar efetivo o trabalho preventivo das Policiais Ostensivas.

Por essa razão, solicitamos a presente audiência pública, visando promover o debate com os envolvidos e, para tanto, pedimos o apoio dos nobres colegas para a aprovação do presente Requerimento.

> de 2022. Sala das Comissões, em de

> > SUBTENENTE GONZAGA (PSD)





Deputado Federal

